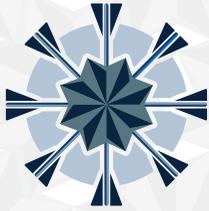




PODER JUDICIÁRIO



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



XI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2017



CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



XI ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA/DF

RELATÓRIO

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2017



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente: Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha
Corregedor Nacional de Justiça: Ministro João Otávio de Noronha
Conselheiros: Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Daldice Maria Santana de Almeida
Fernando César Baptista de Mattos
Rogério José Bento Soares do Nascimento
Araldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luiz Guimarães Godinho
Valdetário Andrade Monteiro
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Júlio Ferreira de Andrade
Diretora-Geral: Julhiana Miranda Melloh Almeida

Organização: Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

EXPEDIENTE

Secretaria de Comunicação Social
Secretária de Comunicação Social Luiz Cláudio Cunha
Projeto gráfico Eron Castro
Revisão Carmem Menezes

2017

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Sumário

- 1 Introdução** 7
- 2 Solenidade de abertura** 8
- 3 Conferência Magna – O Poder Judiciário na Atualidade** 10
- 4 Panorama dos Tribunais Superiores** 11
- 5 Solenidade de premiação do Selo Justiça em Números** 12
- 6 Painel: Saúde e Justiça** 14
- 7 Painel: Sistema Penitenciário e Execução Penal** 15
- 8 Metas Nacionais 2017** 16
- 9 Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional** 17
- 10 Plenária Final** 21
- 11 Metas Nacionais do Poder Judiciário 2018** 23

1 Introdução

Nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou o **XI Encontro Nacional do Poder Judiciário**, na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília/DF.

O evento reuniu presidentes dos tribunais para deliberação e aprovação das Metas Nacionais para o Judiciário e metas específicas dos segmentos de Justiça. Ao todo foram aprovadas oito Metas Nacionais e doze metas específicas, a serem alcançadas em 2018.

Na ocasião, foi apresentado pelos Tribunais Superiores balanço das principais atividades realizadas em 2017 e houve a premiação dos tribunais laureados com o Selo Justiça em Números, em reconhecimento da excelência na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais dos tribunais brasileiros.

Os participantes também tiveram a oportunidade de assistir à palestra “O Poder Judiciário na Atualidade” proferida pelo jornalista Heraldo Pereira.

Foram realizados dois painéis cujos temas são de relevância na gestão da ministra Cármen Lúcia. São eles: Saúde e Justiça e Sistema Penitenciário e Execução Penal.

Ressalta-se que este Relatório tem como objetivo expor de forma sucinta o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos do evento.

2 Solenidade de abertura

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministra Cármen Lúcia, dando início à abertura do evento, cumprimentou e agradeceu pela presença de todos os presentes e as autoridades que compuseram a mesa de abertura: o vice-presidente do STF, ministro Dias Toffoli; a ministra do STF, representando o TSE, ministra Rosa Weber; a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz; o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Emmanoel Pereira; o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministro José Coêlho Ferreira; o corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha; o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, doutor Claudio Lamachia; e o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, juiz Jayme Martins de Oliveira Neto.

Preliminarmente, a ministra Cármen Lúcia ressaltou que o Poder Judiciário se reúne, de forma responsável, transparente e democrática, para discutir sobre as necessidades do cidadão brasileiro que recorre aos órgãos da Justiça para obter seus direitos. E, levando em conta essa demanda, deve-se traçar metas, objetivos, formas e meios para atendê-lo.

Em relação aos resultados das Metas Nacionais do Poder Judiciário em 2017, a ministra Cármen Lúcia enfatizou que os resultados foram extremamente promissores, chegando a atingir, até o momento, quase 94% das metas fixadas. Segunda a ministra, isso é um exemplo de que os juízes brasileiros atuam nas definições das políticas públicas do país, a partir do conhecimento que detêm das dificuldades e das possibilidades do Poder Judiciário. Portanto, de acordo com as palavras da ministra, as políticas públicas do Judiciário não são traçadas em um gabinete em Brasília, mas a partir da atuação dos juízes espalhados em todas as comarcas do nosso país.

Em seguida, a ministra presidente destacou ações e programas de responsabilidade direta do CNJ desenvolvidos nos últimos de 12 meses, tais como o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, a campanha Justiça pela Paz em Casa e a implantação dos Núcleos de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NAT-Jus). A ministra anunciou, ainda, o termo de cooperação firmado entre o CNJ e o Ministério da Educação para implantação de 40 bibliotecas em penitenciárias pelo país.

A ministra concluiu o discurso de abertura enfatizando que o CNJ está atento às demandas trazidas pelos magistrados e agradeceu a todos que durante o período de formulação das metas apresentaram propostas, sugestões e críticas para se chegar então a metas cada vez mais factíveis e coerentes com o que a sociedade espera.



Mesa da Solenidade de Abertura do XI Encontro Nacional do Poder Judiciário

3 Conferência Magna – O Poder Judiciário na Atualidade

Após a solenidade de abertura, a presidente Cármen Lúcia convidou o jornalista Heraldo Pereira para proferir a conferência magna sobre o Poder Judiciário na atualidade.

Em conferência, o jornalista Heraldo Pereira explanou sobre os riscos a que os magistrados estão expostos por desenvolverem suas funções e sobre a crescente procura do Judiciário pelos brasileiros, incluindo a judicialização da política.

Ao agradecer a participação do jornalista no evento, a ministra Cármen Lúcia destacou a importância de uma imprensa livre no país, uma vez que, até mesmo com as críticas, é possível aperfeiçoar as instituições públicas.



Mesa da Conferência Magna

O arquivo com a apresentação da Conferência Magna pode ser acessado pelo [link: Apresentação Conferência Magna](#)

4 Panorama dos Tribunais Superiores

O painel do panorama dos tribunais superiores também foi presidido pela ministra Cármen Lúcia. A mesa foi composta pelo ministro Dias Toffoli, vice-presidente do STF; pela ministra Laurita Vaz, presidente do STJ; pelo ministro José Coêlho Ferreira, presidente do STM; e pelo ministro Emmanoel Pereira, vice-presidente do TST.

Os ministros das cortes superiores do país avaliaram os resultados, as dificuldades e os avanços ocorridos ao longo de 2017 no âmbito de seus órgãos e segmentos de Justiça. Os magistrados relataram também os esforços realizados em aprimorar as rotinas para entregar à sociedade brasileira melhor prestação jurisdicional, apesar da restrição orçamentária que limita a modernização da Justiça.



Mesa do Painel “Panorama dos Tribunais Superiores”

5 Solenidade de premiação do Selo Justiça em Números

Em reconhecimento aos tribunais que investiram na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de informações administrativas e processuais, o CNJ concedeu a 89 tribunais o Selo Justiça em Números.

A mesa da cerimônia foi presidida pelo ministro Dias Toffoli, pelo Conselheiro do CNJ, Rogério Nascimento, e por Maria Tereza Sadek, diretora executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ.

O conselheiro Rogério Nascimento afirmou que a premiação é uma política consolidada e vitoriosa do CNJ e esclareceu que, embora o Selo seja importante instrumento de estímulo para o cumprimento das metas e das políticas públicas do Poder Judiciário, ele não deve ser encarado como mecanismo de aferir a qualidade da prestação jurisdicional pelos tribunais brasileiros.

Com a palavra, a diretora do DPJ, Maria Tereza Sadek, destacou que, entre as inovações trazidas pelo Selo deste ano, estão a obrigatoriedade de envio dos dados pelos tribunais brasileiros e a inclusão, como requisito de pontuação, do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

Logo após, os tribunais brasileiros receberam a premiação distribuída nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze, destacando-se o TST, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, o Tribunal de Justiça de Sergipe e o Tribunal Regional Eleitoral do Pará, que atingiram a mais alta classificação da premiação, o Selo Diamante.



Imagem do Selo Diamante – Premiação do Selo Justiça em Números

O vídeo com a premiação do Selo Justiça em Números 2017 pode ser acessado pelo *link*: [Premiação Selo Justiça em Números](#)



6 Painel: Saúde e Justiça

Compuseram a mesa para apresentação do Painel “Saúde e Justiça” a ministra Cármen Lúcia, o conselheiro do CNJ Arnaldo Hossepian, o ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, o corregedor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargador Ricardo Pereira, a presidente da Rede SARAHE de Hospitais de Reabilitação, Lúcia Willadino Braga, e o diretor do hospital Sírio-Libanês, Luiz Fernando Reis.

Na ocasião, a ministra Cármen Lúcia lançou a plataforma digital e-NatJus, ferramenta que tem como objetivo oferecer ao magistrado, para subsídio à sua decisão, um acervo documental com fundamentos científicos baseados em evidências médicas, quando necessário ao julgamento de demandas de saúde.

Logo após, a ministra anunciou que será realizada audiência pública para ouvir especialistas e a sociedade civil organizada sobre aspectos relacionados à prestação da jurisdição em processos relativos à saúde, incluindo a própria implantação do e-NatJus.



Mesa da Apresentação do Painel “Saúde e Justiça”

7 Painel: Sistema Penitenciário e Execução Penal

Compuseram a mesa para apresentação do Painel “Sistema Penitenciário e Execução Penal” o conselheiro do CNJ Márcio Schiefler Fontes e a diretora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), juíza Maria de Fátima Alves da Silva.

Ao fazer a abertura do painel, o conselheiro Márcio Schiefler destacou os esforços do CNJ para enfrentar os problemas do sistema carcerário do país. O conselheiro destacou que o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) foi desenvolvido pelo CNJ para reunir dados processuais e pessoais de todos os presos sob custódia do Estado para fazer frente à falta de informações qualificadas da população presidiária.

A diretora do DMF, juíza Maria de Fátima Alves da Silva, salientou a crise, os desafios e as falhas do sistema penitenciário e destacou a iniciativa do Judiciário em desenvolver ferramenta digital que cataloga, em um banco de dados dinâmico, cada movimentação do processo de um preso no país.



Mesa da Apresentação do Painel “Sistema Penitenciário e Execução Penal”

8 Metas Nacionais 2017

O ministro João Otávio de Noronha, corregedor nacional de Justiça, fez um balanço das metas específicas da Corregedoria e avaliou que é preciso haver uma transformação comportamental na magistratura, para que o juiz consiga cumprir com seus deveres de forma mais adequada.

A conselheira do CNJ Maria Iracema Valle ressaltou a importância do estabelecimento das Metas Nacionais para os órgãos do Poder Judiciário, visto que representa um compromisso dos tribunais brasileiros com a sociedade em busca da melhoria da prestação jurisdicional. Em complemento, a conselheira apontou os desafios impostos ao Judiciário, tais como a elevada demanda por uma prestação jurisdicional e a judicialização na política.

Adicionalmente, a conselheira destacou o processo de formulação das Metas Nacionais para 2018, ocorrida ao longo de 2017, o qual contou com a contribuição participativa dos magistrados e servidores de todos os tribunais.

Os resultados parciais das Metas Nacionais estão disponíveis no portal do CNJ pelo [link](#).



Mesa do painel “Metas Nacionais 2017”

9 Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

As reuniões setoriais foram realizadas na tarde do dia 21 de novembro com o objetivo de deliberar, votar e aprovar as Metas Nacionais e específicas de cada segmento de Justiça para o ano de 2018.

Participaram das reuniões presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos Conselheiros do CNJ, com o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do Conselho.

As deliberações e as votações foram exclusivas para os presidentes ou representantes designados para definir as Metas Nacionais e específicas para 2018. Os segmentos de Justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:

Superior Tribunal de Justiça



Coordenação: Conselheiro Henrique de Almeida Ávila.

Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)



Coordenação: Conselheiros Aloysio Corrêa da Veiga e André Luiz Guimarães Godinho.

Grupo Justiça Federal (CJF e TRFs)



Coordenação: Conselheiros Daldice Maria Santana de Almeida e Fernando César Baptista de Mattos.



Grupo Justiça Estadual (TJs)



Coordenação: Conselheiros Maria Iracema Martins do Vale, Márcio Schiefler Fontes e Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior.

Grupo Justiça Eleitoral (TSE e TREs)



Coordenação: Conselheiros Rogério José Bento Soares do Nascimento e Maria Tereza Uille Gomes.

Grupo Justiça Militar (Justiça Militar da União e Estadual)



Coordenação: Conselheiro Valdetário Andrade Monteiro.

10 Plenária Final

Sucessivamente às reuniões setoriais, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: a ministra Cármen Lúcia; o ministro Dias Toffoli, e o secretário-geral do CNJ, Júlio Ferreira de Andrade.

Inicialmente, o secretário-geral do CNJ anunciou as Metas Nacionais do Poder Judiciário aprovadas pelos segmentos de Justiça para o ano de 2018.

Em seguida, o ministro Dias Toffoli destacou que o Encontro Nacional foi baseado em discussões em torno de metas que refletem a transparência, a eficiência e a responsabilidade do Poder Judiciário, sendo essas as premissas para uma boa governança.

O ministro também lembrou que o Poder Judiciário vem sendo demandado cada vez mais para resolver não só litígios entre particulares, ou entre os cidadãos e o Estado, mas também para resolver questões de maior complexidade no que diz respeito às questões sociais, éticas, econômicas e políticas.

Posteriormente, a ministra Cármen Lúcia agradeceu a todos e enfatizou a importância da unidade do Judiciário e a valorização da magistratura. Para a ministra, o juiz brasileiro é um servidor público extremamente valoroso, cuja presença se impõe pelas demandas da sociedade.

Por fim, a ministra acrescentou que a jurisdição representa a certeza de que o direito ameaçado ou lesado terá a resposta necessária à garantia da prevalência da Constituição brasileira e da democracia.



Mesa da Plenária Final

11 Metas Nacionais do Poder Judiciário 2018

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos (Todos os segmentos)

- » **Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral, Justiça Federal e Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente;
- » **Justiça Estadual:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente;
- » **Justiça do Trabalho:** Julgar pelo menos 92% dos processos de conhecimento distribuídos no ano corrente.

META 2 – Julgar processos mais antigos (Todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2018 pelo menos:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** 99% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e 90% dos processos distribuídos em 2014.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015.
- » **Na Justiça Militar da União:** 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nas Auditorias Militares e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no STM.
- » **Na Justiça Eleitoral:** pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016.
- » **Na Justiça Estadual:** 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

- » **Na Justiça Federal:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e no 2º grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.
- » **Na Justiça do Trabalho:** 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 no 1º e no 2º grau.
- » **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** 95% dos processos distribuídos até 31/12/2016 nas Auditorias Militares e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 2º grau.

META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Justiça Federal:** fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.
- » **Justiça do Trabalho:** aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, no ano corrente, com cláusula de barreira de 48%.

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2018:

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015 e 80% das ações distribuídas em 2016.
- » **Na Justiça Militar da União:** 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.
- » **Na Justiça Estadual:** 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

- » **Na Justiça Federal:** 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015.
- » **Nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais:** 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau, e 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2017.

META 5 – Impulsionar processos à execução (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- » **Na Justiça Estadual:** estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2018.
- » **Na Justiça Federal:** baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente.
- » **Na Justiça do Trabalho:** baixar pelos menos 92% do total de casos novos de execução do ano corrente.

META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar até 31/12/2018:

- » **No STJ:** 70% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídas a partir de 1º/1/2015.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** as ações coletivas distribuídas até 31/12/2015.
- » **Na Justiça Estadual:** 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 2º grau.
- » **Na Justiça Federal:** Faixa 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e no 2º grau. Faixa 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e no 2º grau. Faixa 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e no 2º grau.
- » **Nos Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho:** 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 1º grau e até 31/12/2016 no 2º grau.

META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos (STJ, TST, Justiça do Trabalho)

- » **No Superior Tribunal de Justiça:** garantir tempo médio de 180 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos de temas afetados a partir de 18/3/2016; e Julgar, até 31/12/2018, 70% do estoque dos temas afetados até 18/3/2016.
- » **No Tribunal Superior do Trabalho:** identificar e reduzir em 3% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.
- » **Na Justiça do Trabalho:** identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

META 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (Justiça Estadual)

- » **Justiça Estadual:** fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2018.



www.cnj.jus.br

